

A embalagem é diferente, mas o conteúdo é o mesmo: Uma apresentação ao dossiê Políticas públicas, Meio Ambiente, Informação e Desenvolvimento - Editorial

The packaging is different, but the content is the same: An introduction to the dossier Public Policies, Environment, Information and Development - Editorial

Hemerson Luiz Pase   

Valéria Pereira Bastos   

Fábio Fonseca Figueiredo   

Jaqueline Santos Barradas   

1 APRESENTAÇÃO

A retomada de concepções ditatoriais em vários países tem direcionado as políticas públicas para uma forma de desenvolvimento conservador, baseado na economia de elevado carbono, intervenção desproporcional ao meio ambiente e formas cada vez mais nocivas de contaminação. Mudar a rota do debate ambiental internacional, dando mais importância a categorias-chave do debate, tais como precaução, preservação, conservação, uso racional dos recursos e a parcimônia na contaminação implica cada vez mais na necessidade de um diálogo amplo e global sobre a questão ambiental.

Neste contexto, e perante a possibilidade desta tendência tornar-se hegemônica, urge a necessidade da academia produzir referências que sirvam para o entendimento e proposição que considerem a variável ambiental no seio das políticas públicas de desenvolvimento, com igual potencial para influenciar e alertar a opinião pública e a mídia da necessidade de uma reversão dessa tendência.

Neste sentido, este dossiê tem o objetivo de compartilhar e tornar público, o resultado do amadurecimento dos pesquisadores, das diferentes regiões do país e de diferentes Universidades, bem como o compartilhamento de experiências da Europa e América Latina,

com formações multidisciplinares, que contribuíram com resultados sistematizados de pesquisa realizadas tanto apresentadas no 48º Encontro Anual da Anpocs, em outubro de 2024, através do Grupo de Trabalho intitulado: **Políticas públicas, Meio Ambiente e Desenvolvimento**, bem como no 11.º Congresso Internacional do Conselho Europeu de Pesquisas Sociais da América Latina – CEISAL/2025, através do Grupo de trabalho 3.7: Ciências, Meio Ambiente e Informação, realizado em Paris. Isto porque, as temáticas têm sinergia e ampliam o diálogo e as inter-relações existentes nas abordagens efetivadas pelas investigações.

Na Anpocs foram apresentados dados sistematizados em relação à questão da ação do Estado frente ao desenvolvimento e ao meio ambiente; a fim de contribuir com análises que poderão promover mudança de paradigma a respeito da efetividade e eficiência da aplicabilidade de políticas públicas articuladas ao desenvolvimento responsável e sustentável. Já no Ceisal foram trazidos resultados de pesquisas que articularam a relação da ciência com meio ambiente e informação, como elementos fundantes para a construção de práticas exitosas que utilizem as ferramentas tecnológicas da atualidade, como uma aliada no trato com a questão ambiental tanto para a mitigação dos riscos nos desastres ambientais, como nas políticas de viabilização de canais formais e informais de comunicação na busca da adoção de medidas de precaução/preservação/conservação dos recursos naturais e conseqüentemente do meio ambiente.

Este dossiê é também o resultado de uma parceria acadêmica de longa data entre a professora Valéria Pereira Bastos, da PUC-Rio – Departamento de Serviço Social – líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Socioambientais e Comunitários - Gripes, e do professor Fábio Fonseca Figueiredo - UFRN – Instituto de Políticas Públicas e atual coordenador do Grupo de Pesquisa de Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental – Semapa. Ainda, o professor Dr. Hemerson Luiz Pase – UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e FURG – Faculdade de Direito, além de líder do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPU) no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ que já há cerca de 10 anos dialogam, pesquisam e publicam. Mais recentemente, foi incorporada a este grupo a pesquisadora professora Jaqueline Santos Barradas – UNIRIO - Departamento de Biblioteconomia - líder do Grupo de Estudos de organização de bibliotecas, da informação e do conhecimento.

Esta parceria tem a honra de apresentar o Volume 8, Numero 1, da Revista Latino-Americana de Relações Internacionais: Campos Neutrais, cujo teor contempla o Dossiê Políticas públicas, Meio Ambiente, Informação e Desenvolvimento, composto por 11 manuscritos que foram apresentados e debatidos na 48ª edição da ANPOCS 2024 e do Ceisal realizado em Paris – França em 2025. Não obstante, este número apresenta também 5 artigos livres e uma resenha.

2 DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS, MEIO AMBIENTE, INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os primeiros 11 manuscritos compõem o Dossiê Políticas públicas, Meio Ambiente, Informação e Desenvolvimento.

O primeiro artigo **Violência epistêmica e socioambiental: como a colonialidade sustenta o extrativismo**, escrito por Liz-Rejane Issberner e Philippe Léna, analisa os conflitos socioambientais no Brasil a partir da articulação entre o pensamento decolonial e a crítica ao modelo extrativista. As autoras argumentam que o avanço do neoextrativismo, intensificado durante o governo Bolsonaro (2019-2023), está profundamente enraizado na lógica da colonialidade, que legitima a exploração econômica e naturaliza a violência contra populações e territórios considerados descartáveis. A pesquisa adota abordagem qualitativa e crítico-interpretativa, fundamentada na ecologia política latino-americana, combinando revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas, retrocessos institucionais e registros de conflitos. Ao evidenciar as conexões entre dominação, exploração e resistência, o artigo contribui para a formulação de uma estrutura interpretativa crítica sobre os impactos socioambientais do capitalismo global de fronteira na América Latina.

O segundo artigo **Tecnologias da Informação e Comunicação e Questão Socioambiental: implicações para o acesso à justiça**, escrito por Bruno Peres Freitas, Rosane Cristina Moreira de Souza e Vivian Maria Loureiro Felix, aborda as contradições decorrentes das inter-relações entre questão socioambiental, Tecnologias da Informação e Comunicação e acesso à justiça, no contexto das forças produtivas do capitalismo contemporâneo – enfocando algumas de suas incidências no judiciário brasileiro. O debate desenvolvido tem por objetivo apresentar reflexões críticas sobre as contradições entre intensificação do emprego das referidas

tecnologias e as injustiças socioambientais que têm impedindo expressiva parcela da população de exercer o direito de acesso à justiça. Os autores constataram que a degradação socioambiental, aprofundada no atual contexto de crise estrutural do capitalismo, tem penalizado, especialmente, os trabalhadores, populações de baixa renda e segmentos raciais discriminados, apontando para grandes abismos que, na sociedade brasileira, reproduzem desigualdades. Os autores concluem que a apropriação das tecnologias de modo desigual, tem afetado camadas da população vulneráveis, fazendo-se necessário colocar a questão socioambiental no centro do debate sobre o acesso aos direitos.

No terceiro artigo, **Meio ambiente e clima nos Planos Plurianuais dos estados nordestinos**, os autores José Gomes Ferreira, Wagner Luiz Alves da Silva e Lélia Nogueira da Silva analisam como a temática ambiental e climática estão colocados nos Planos Plurianuais 2024-2027 nos 9 estados do Nordeste brasileiro. Os PPA marcam as prioridades políticas e respectivo aporte financeiro para os 4 anos que estão em vigor. O objetivo do artigo é mapear os programas, objetivos, ações e aporte financeiro dos documentos no referente à resposta aos problemas ambientais e de mudança climática no período 2024 a 2027. Segundo os autores, os estados identificam problemas de primeira geração, como sejam as políticas de saneamento básico, mas as prioridades de investimento nem sempre surgem alinhadas nesse sentido. As prioridades resultam igualmente da especificidade dos problemas. Os estados que integram o semiárido buscam promover políticas de convivência com a seca, na transição do bioma caatinga com o bioma amazônico e a preocupação é para com a conservação da natureza e respostas às queimadas. Em geral, a abordagem climática é incipiente e focada na prontidão da resposta da defesa civil.

Lucas Barboza Santana, Cristine Santiago e Raissa Ribeiro assinam o quarto artigo intitulado **Políticas de resíduos sólidos orgânicos e resiliência socioambiental: estudo das capacidades de gestão de municípios brasileiros**, cujo objetivo central é analisar a gestão de resíduos sólidos em dois municípios brasileiros, com o propósito de compreender em que medida esses entes federativos apresentam capilaridade institucional, política e econômica suficiente para implementar, de forma eficaz, as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010. O estudo analisou e comparou as políticas públicas e ações desenvolvidas pelos municípios de Araraquara/SP e Camaçari/BA

identificando os avanços e boas práticas, mas também as fragilidades e limitações enfrentadas no processo de gestão dos resíduos orgânicos.

O quinto artigo **Barreiras técnicas ambientais e comércio: evidências globais e o papel do Brasil**, assinado por Adriana Silva Lemos e Michelle Martins, discute como as barreiras técnicas ambientais ao comércio (TBTs) moldam a agenda comercial e climática do Brasil entre 2012 e 2022. Com base na *Environmental Database* da OMC, são comparadas 4531 notificações globais a 79 medidas brasileiras para identificar convergências setoriais, objetivos regulatórios e mecanismos de implementação. Os autores constataram que, à semelhança da tendência mundial, o Brasil concentra suas TBTs nos setores manufatureiro e químico, amparado em regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade. As metas mais frequentes — conservação e eficiência energética, além da gestão de substâncias tóxicas — indicam alinhamento às prioridades internacionais, embora temas mais amplos de proteção ambiental geral ainda recebam menor atenção doméstica. A conclusão dos autores é que a harmonização regulatória e a ampliação do escopo ambiental das TBTs podem fortalecer a competitividade externa brasileira sem comprometer metas de sustentabilidade.

O sexto artigo **Bibliotecas brasileiras e desenvolvimento sustentável: alinhamentos entre a Agenda 2030 da ONU e o Mapa Mundial de Bibliotecas da IFLA**, escrito por Jaqueline Santos Barradas e João Vitor Pinto Lisboa, objetiva identificar a atuação das bibliotecas brasileiras sob o panorama da Agenda 2030 e as práticas adotadas por elas com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para tanto, os autores investigam as relações entre as bibliotecas brasileiras e o desenvolvimento sustentável a partir de seu alinhamento com Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e a seção *SDG Stories* do Mapa Mundial de Bibliotecas da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). Os resultados mostram que o Brasil não é representado no atual mapa da IFLA, o que põe em risco a sua imagem perante o contexto do desenvolvimento sustentável.

No sétimo artigo, **Desafios e Potencialidades das Mulheres na Cadeia de Reciclagem no Brasil: as Catadoras de Materiais Recicláveis**, Marianna Carvalho Martins Albergaria e Bárbara Oliveira de Moraes analisam as interseções entre gênero e inclusão socioprodutiva no contexto das organizações de catadores de materiais recicláveis no Brasil, com ênfase no papel

das mulheres. O objetivo é compreender de que forma as desigualdades de gênero impactam suas trajetórias, acesso a direitos e reconhecimento social. Segundo as autoras, os resultados revelam que as mulheres, especialmente negras, são maioria nas organizações e desempenham funções centrais, mas permanecem invisibilizadas e submetidas a condições precárias. O artigo conclui que a valorização do trabalho feminino na cadeia da reciclagem requer políticas públicas sensíveis às intersecções de gênero, raça e classe, garantindo maior protagonismo, proteção social e condições dignas de trabalho, fundamentais para a construção de um modelo de gestão de resíduos justo e sustentável.

O oitavo manuscrito **As estratégias sustentáveis na criatividade dos Acazines: comunicar ciência, cultura e imaginação transnacional**, de Rosa Maria Ricoy Casas e Ana Da Silveira Moura, apresenta uma análise multidimensional, focando um objeto criativo híbrido, os Acazines, que emergem da interface entre conhecimento acadêmico, espírito de faça-você-mesmo, arte, história, literatura e política. A análise incidiu entre os aspectos da produção física dos acazines, antes da digitalização, e nos fatores culturais deles, especialmente de valor cultural transnacional, permitindo uma replicação para outros objetos híbridos, a partir de uma proposta de equacionamento do valor cultural e criativo dos objetos versus o gasto energético da sua preservação.

No nono artigo, escrito por Rafael Trueba Regalado, Andrea Monserrat Cerriteño Jiménez e Pedro Corona Chávez, **Impacto económico de la contaminación ambiental: el caso de Ciudad Hidalgo y Zinapécuaro, Michoacán, México**, o objetivo é determinar os custos de saúde da população acometida de doença renal crônica da região oriente de Michoacán onde se localiza o Campo Geotérmico de “Los Azufres”. Os autores demonstram que os custos com os serviços de saúde são altos e que a população não consegue absorvê-los. O artigo conclui que o Governo Federal precisa propor soluções para este problema.

O décimo artigo **O acesso ao Programa Nacional de fortalecimento da agricultura familiar: as desigualdades regionais na política de crédito rural no Brasil**, escrito por Luciléia Aparecida Colombo e Felipe Jabali Marques, analisa como as desigualdades regionais condicionam o acesso ao crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O objetivo é compreender até que ponto determinadas capacidades estatais e arranjos federativos podem vir a afetar a efetividade do programa a nível

territorial. Os autores afirmam existe uma forte concentração de operações na região Sul, relacionada ao maior acesso à assistência técnica e extensão rural, densidade organizacional via associação e presença bancária. Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste apresentam menor densidade institucional, assim como menores números e valores contratados. Os autores concluem que, embora concebido como instrumento redistributivo, o Pronaf ainda reproduz desigualdades históricas, constituindo caso emblemático do paradoxo redistributivo de políticas públicas em contextos federativos desiguais.

No décimo primeiro artigo intitulado **Cultura e Desenvolvimento no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**, os autores, Saulo Barbosa Lopes, Marlise Amalia Reinehr Dal Forno e Juliana Klas, objetivam identificar os elementos culturais presentes na atuação e nos discursos dos atores sociais regionais que contribuem para limitar ou expandir o desenvolvimento da região. A pesquisa revela que a falta de políticas públicas, gestão pública ineficiente, polarização partidária excessiva, elitismo colonial clientelista, baixa identidade regional e comunitária, baixa mobilização social e servilismo assistencialista impõe dificuldades para o desenvolvimento da região.

3 ARTIGOS LIVRES

Registra-se nesta seção 05 artigos livres.

No décimo segundo artigo, **Das Operações Psicológicas às Operações de Influência Cibernética: A Evolução da Batalha pela Mente**, Luciano Vaz Ferreira investiga a evolução das operações psicológicas (PSYOPS) e suas continuidades e transformações nas operações de influência cibernética contemporâneas. Por meio de uma revisão de literatura fundamentada em estudos estratégicos, relações internacionais e comunicação, são analisadas tanto fontes históricas quanto a produção acadêmica contemporânea sobre desinformação digital. O estudo desenvolve um referencial analítico comparativo e teoricamente fundamentado para compreender como as PSYOPS se adaptaram ao ambiente digital. O autor conclui que as operações de influência cibernética devem ser entendidas como uma continuação e amplificação dos princípios das PSYOPS na era digital.

O artigo de número décimo terceiro **Análise Crítico-Histórica da Política Migratória Nacional e Crise Humanitária Contemporânea: O Brasil como Passagem para**

Venezuelanos em Direção ao Cone Sul, de André Luiz Valim Vieira e Carlos Ovídio Oliveira Rocha, analisa a política migratória brasileira e sua incapacidade de reter e integrar o fluxo humanitário venezuelano. O problema de pesquisa investiga em que medida as heranças históricas de securitização e racismo institucional transformam o Brasil em um "corredor de passagem" em direção ao Cone Sul, e não em um país de acolhida. Os autores contrastam o paradigma da Segurança Nacional do Estatuto de 1980 com a perspectiva de Direitos Humanos da legislação atual, identificando que entraves administrativos e a ausência de uma Política Nacional consolidada geram exclusão. Os resultados apontam que as condições precárias de vida e a xenofobia forçam uma parcela significativa dos venezuelanos a realizar uma segunda migração para outros países do Cone Sul. Para os autores, apesar de uma legislação progressista, o Brasil opera majoritariamente como país de trânsito, necessitando de políticas públicas estruturais para efetivar a integração dos refugiados.

No décimo quarto trabalho, **A Regulação Prudencial e Prevenção à Lavagem de Dinheiro: Uma Abordagem Integrada a Partir da Matriz Analítica de Riscos**, Alessandro Fernandes e Miguel Tedesco Wedy investigam as zonas de interseção e tensão entre a regulação prudencial do sistema financeiro e o regime de prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), com foco no contexto normativo e institucional brasileiro. A partir da identificação de conflitos normativos e de práticas de supervisão fragmentadas, propõe-se uma matriz analítica de riscos como instrumento metodológico capaz de sintetizar, comparar e classificar os principais pontos de atrito entre os dois regimes. Os autores indicam a necessidade de uma atuação mais coordenada entre o Banco Central do Brasil (BACEN), o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), com vistas à integração de diretrizes de estabilidade e integridade financeira. Além disso, sugerem o aperfeiçoamento do papel institucional do BACEN e do CMN, com propostas de ajustes normativos voltados à harmonização dos marcos regulatórios e à prevenção dos efeitos adversos do de-risking, em consonância com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

No décimo quinto manuscrito, **As políticas para mulheres mães e gestantes presas: uma análise a partir do modelo de coalizão de defesa**, Jéssica Mota, Vanessa Chiari Gonçalves e Hemerson Luiz Pase investigam o processo de construção das políticas públicas

destinadas para mulheres mães e gestantes presas no Brasil no período de 2009 a 2019. Para tanto, utilizou-se a metodologia do Advocacy Coalition Framework (ACF), elaborado por Sabatier (1988). A hipótese testada, e comprovada pelos autores, foi que o Habeas Corpus (HC) coletivo 143.631/2018 (impetrado em favor de todas as mulheres mães e gestantes presas para que se garantisse à prisão domiciliar) foi o auge do enfrentamento de duas importantes coalizões: 1) coalizão de defesa desencarceradora e 2) coalizão de defesa punitivista contrária a política.

O décimo sexto artigo **A efetivação do planejamento familiar por meio da reprodução humana assistida e as políticas públicas de acesso**, Carla Froener e Brenda Simoni Oliveira, analisa a incorporação da reprodução humana assistida como instrumento de concretização do planejamento familiar e como política pública de saúde, bem como os limites da responsabilidade estatal. O problema de pesquisa questiona se o atual modelo normativo e as políticas públicas existentes no Brasil são suficientes para garantir a efetivação do direito ao planejamento familiar por meio da reprodução humana assistida? Segundo os autores, a incorporação dessas tecnologias ao sistema jurídico e as políticas públicas ocorre de forma fragmentada, marcada pela ausência de legislação específica e pela predominância de normas infralegais, especialmente Resoluções do Conselho Federal de Medicina. Além disso, as políticas públicas existentes mostram-se incapazes de assegurar acesso equitativo e territorialmente descentralizado, contribuindo para a mercantilização das técnicas reprodutivas.

4 - RESENHA

O décimo sétimo texto deste número é a resenha **Letramento Racial: Uma proposta de Reconstrução da Democracia Brasileira**, elaborada por João Paulo Lima do Nascimento e Gabriel Eidelwein Silveira. A resenha da obra de Adilson José Moreira examina a sua contribuição crítica ao debate antirracista brasileiro, cuja publicação articula uma crítica contundente ao racismo como sistema estrutural de dominação. Moreira propõe o letramento racial como um projeto ético-político fundamental, que vai além da denúncia para oferecer parâmetros concretos de ação individual, institucional e pedagógica, visando à desconstrução de hierarquias e à formação de coalizões inter-raciais baseadas na solidariedade cívica. Nas considerações finais, os autores concluem que a obra, com sua rigorosa profundidade analítica,

consolida-se como um manifesto indispensável, pois vincula a justiça racial à própria possibilidade de uma democracia substantiva.

Boa leitura!

Sobre a autoria

Hemerson Luiz Pase

Doutor em Ciência Política. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
hemerson.pase@gmail.com

Valéria Pereira Bastos

Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RIO).
vbastos@puc-rio.br

Fábio Fonseca Figueiredo

Doutor em Geografia Humana. Professor do Instituto de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
fabiofonsecafigueiredo@gmail.com

Jaqueline Santos Barradas

Doutora em Ciência da Informação. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
jaqueline.barradas@unirio.br

Contribuição de autoria

Hemerson Luiz Pase: concepção, coleta de dados, análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão dos resultados.

Valéria Pereira Bastos: concepção, elaboração do manuscrito, redação, discussão dos resultados, revisão.

Fábio Fonseca Figueiredo: concepção, coleta dos dados, análise dos dados, redação, discussão dos resultados.

Jaqueline Santos Barradas: concepção, coleta dos dados, análise dos dados, redação, discussão dos resultados.

Financiamento (se houver)

Não se aplica.

Consentimento de Uso de Imagem

Não se aplica.